

LINGUAGEM – ATIVIDADE CONSTITUTIVA (IDÉIAS E LEITURAS DE UM APRENDIZ)

Rodolfo Ilari*

A enorme influência que Carlos Franchi exerceu sobre a lingüística brasileira deve-se não só à atuação que ele teve como professor e orientador, sobretudo na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de São Paulo, mas ainda ao fato de ter lançado algumas teses de grande alcance sobre a natureza da linguagem que puderam ser assimiladas em vários contextos, e motivaram pesquisadores de interesses diversificados. Uma das teses que mais fortemente ficou associada à sua atuação afirma que a linguagem deve ser reconhecida como uma *atividade constitutiva*.¹

O caráter constitutivo da linguagem é uma característica com a qual todo lingüista acaba por defrontar-se cedo ou tarde, independentemente do campo em que atua, e a semântica não foge a essa regra. Nesta intervenção, procuro descrever algumas situações em que, querendo fazer semântica, julguei estar lidando de perto como o caráter constitutivo da linguagem. Portanto, a intenção

* Universidade Estadual de Campinas.

1 A importância dessa tese fica confirmada por vários projetos de pesquisa que a invocam explicitamente, como é o caso das investigações sobre Aquisição da Linguagem realizadas por Cláudia Lemos e outros, das investigações em Neurolingüística de Coudry (1988) e Morato (1996), das pesquisas em Análise do Discurso, desenvolvidas por Possenti (1988), e das pesquisas em Pragmática e Didática da Língua, desenvolvidas por Geraldini (1991), para citar apenas alguns exemplos.

geral não é explicar o conceito de atividade constitutiva tal como Franchi o formulou ou o caracterizaria (para isso, será preciso um trabalho mais cuidadoso sobre os escritos que ele deixou² e sobre os depoimentos que ainda podem ser recolhidos junto a seus colegas e alunos); mais modestamente, pretendo refletir, a partir de outras experiências, sobre um tema que lhe era claro e sobre o qual ele ensinou a importância de continuar a pensar.

A exposição se divide em duas partes: numa primeira, aponto e procuro refutar algumas teses que, a meu ver, levariam a uma compreensão redutora ou distorcida de construtividade; numa segunda parte, dou exemplos de processos em que o caráter constitutivo da linguagem vem à tona de maneira mais óbvia. Assumo que a linguagem é um instrumento de conhecimento; mas como essa idéia já foi objeto de formulações fortemente equivocadas, dedicarei a maior parte deste texto a refutar essas formulações.

A língua não é uma nomenclatura

É sempre útil lembrar que as línguas naturais não são nomenclaturas, ou seja, que os sinais lingüísticos não são etiquetas que se aplicam a objetos prévios e autonomamente existentes. Em lingüística, a exclusão da idéia de nomenclatura remonta a Saussure. Como se sabe, para Saussure, os significados lingüísticos não se confundem nem com objetos do mundo, nem com as idéias por meio das quais os categorizamos; os significados, como de resto os significantes, são entidades intralingüísticas de natureza relacional, isto é, constituídas pela oposição que cada unidade mantém com todas as demais no interior de um sistema *où tout se tient*.

Reconstituindo a reflexão saussuriana, Ducrot (1970) mostra que os conceitos de significantes e os significados de Saussure nascem da aplicação de um método que os legitima controlando possíveis variações na “substância fônica” ou na “substância psíquica”: uma pronúncia surda do /j/ de *fição* não compromete o significante /fjasãw/, porque não leva a invadir a área de outro significado; mas uma pronúncia sonora do /f/ compromete esse mesmo

2 Todos os escritos deixados por Carlos Franchi estão disponíveis no Centro de Documentação Professor Alexandre Eulálio, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, que pode ser acessado eletronicamente no endereço www.unicamp.br/unicamp/serviços/serviços_arquivos.html#cedae

significante, pois leva ao significado “viação”; analogamente, determinações de cor das paredes ou de localização neste ou naquele bairro não afetam o significado de *casa*, mas determinações relativas à forma do telhado ou ao número de quartos poderiam levar de *casa* para *chalé* ou *mansão*.

Saussure valeu-se em suma de um raciocínio rigorosamente intra-sistêmico, e assim conseguiu apresentar a língua como uma entidade autônoma, cujo caráter essencial é o de ser uma interface. Era uma posição singular e extremamente inovadora, que resultava em valorizar o sistema, ao estabelecer que as relações precedem logicamente os objetos. Hjelmslev resumiria mais tarde essa posição dizendo que a língua de que fala Saussure é uma forma, não uma substância.

Ao falar daquilo que “fica fora” da língua – as substâncias fônicas e psíquicas –, o *Curso de Linguística Geral* usa o adjetivo “caótico”: os sons e os conceitos são caóticos até que a língua intervenha para impor, simultaneamente a ambos, uma “organização”. Uma boa maneira de entender por que as substâncias física e psicológica seriam caóticas independentemente da língua consiste em observar mais de perto as metáforas que Saussure utiliza para explicar o papel organizador desta. Essas metáforas lançam mão da idéia de contato, por exemplo o contato da água e do ar na superfície do mar, ou o contato das duas faces da folha de papel, uma das quais representa as potencialidades de organização dos significantes, enquanto a outra representa as potencialidades de organização dos significados. Elas transmitem com particular clareza a idéia de organização simultânea, dando a entender que, fora da língua, isto é, no pensamento e na matéria fônica, não existe uma organização prévia de qualquer tipo: qualquer organização seria possível em princípio, e isso é o caos.

Por esse caminho, Saussure chega à sua versão mais radical da tese da arbitrariedade, que se aplica a cada língua historicamente dada, e não às palavras, e que consiste em ressaltar o fato de que cada língua historicamente dada aplica à realidade uma grade de significados específica, e não tem, nesse sentido, medida comum com as demais línguas.

A tomada de consciência da arbitrariedade radical das línguas historicamente dadas poderia levar a uma definição interessante de “constitutivo”, pois evoca imediatamente a questão de saber como elas se formaram e se estabilizaram. Mas o uso que foi feito pelos estruturalistas dessa concepção radical da arbitrariedade deixou muito a desejar. Em contexto didático, ela foi freqüentemente reduzida ao fato de que os sistemas vocabulares das várias línguas são diferentes entre si (por exemplo, insistiu-se em comparar línguas como o português, que usa a palavra “neve” para qualquer tipo de neve, com as línguas dos esquimós que aplicam à neve um grande número de palavras

não equivalentes). E essas ilustrações didáticas foram por sua vez utilizadas como prova de que nossa atividade verbal é limitada pelo código ou, como também se disse, que “somos falados pelo código”.

A tese de que somos falados pelo código é monstruosa. Equivale a reduzir as línguas naturais ao procedimento utilizado durante a segunda guerra mundial na comunicação entre os soldados ingleses das frentes asiáticas e suas famílias residentes nas Ilhas Britânicas. Lembra Halliday (1973) que essa correspondência se fazia à base de “pedaços” de mensagens escolhidos num repertório fechado: “Parabéns por seu aniversário”, “Estou bem”, “Mande DDT” etc. Obviamente o que levava a esse tipo de comunicação eram os custos de transmissão: por medida de economia, cada segmento era transmitido na forma de num sinal numérico; oportunamente decodificada do outro lado do oceano, a mensagem alcançava os combatentes (ou seus familiares) na forma de um telegrama impresso convencional. Mais baratos de transmitir, os números valiam por sentenças completas, e para os usuários existia apenas a possibilidade de trocar mensagens a partir de um inventário fechado; o que não estava previsto nesse inventário não poderia ser comunicado. Não é assim que funciona a linguagem humana: a comunicação lingüística não se reduz à discriminação de mensagens, e as mensagens possíveis não constituem, em nenhum sentido válido, um repertório pré-estabelecido. Por sorte, o código não é nenhuma prisão.

Um forte argumento contra a tese de que “somos falados pelo código” vem da prática da tradução. Se, fôssemos “falados pelo código”, a competência do tradutor consistiria em dominar um inventário de correspondências, e o bom tradutor seria aquele que domina o inventário mais extenso. Ao contrário disso, a experiência acumulada ao longo de séculos mostra que a tradução é uma tarefa essencialmente qualitativa: sempre houve problemas de tradução autênticos, aos quais os tradutores deram soluções mais ou menos felizes; e sempre foi possível apontar traduções que preenchem a contento os objetivos práticos, estéticos ou científicos que delas se esperavam, mesmo que os tradutores fossem regularmente acusados de traição. Isso mostra que o bom tradutor trabalha simultaneamente sobre o texto da tradução e sobre a estrutura da língua, não para encontrar correspondências pré-existentes, mas para construir na língua de chegada um texto cuja interpretação evocará nos leitores disposições cognitivas, afetivas ou outras, tão próximas quanto possível das que o texto original provocaria. Ou seja, em que pese a opinião contrária de Malinowski, tudo pode ser traduzido, mesmo que a tradução venha a exigir adaptações mais ou menos radicais do sistema vocabular e gramatical da língua de chegada ou – para usar uma noção que foi cara ao Prof. Franchi e recorrente em suas aulas –

mesmo que obrigue à construção de um *sistema de referência* totalmente novo, com todo o custo e todo o aprendizado que isso significa.

As “dificuldades” com que se defrontam os tradutores não são diferentes das que enfrenta ao longo do tempo a comunidade lingüística como um todo, na busca de formas de expressão adequadas a novas necessidades de ordem prática, tecnológica ou intelectual. Sempre que essas novas necessidades de expressão se tornam sensíveis no interior de um grupo, a língua adapta-se a elas em tempo relativamente curto. A história das línguas românicas é um bom exemplo nesse sentido: os falares que ganharam o *status* de línguas nacionais passaram não só por um processo de transformação em *koiné* (caracterizado pelo descarte das formas mais marcadamente locais), mas ainda por um lento processo de elaboração dos recursos lingüísticos necessários para atender às necessidades criadas pela crescente ampliação de interesses e pela diversificação cultural.

A crença corrente que atribui a exclusividade dessa elaboração aos escritores é inexata: o escritor, junto com tantos outros agentes voltados para outros tipos de prática e interação, é apenas um dos agentes do processo de enriquecimento das línguas; e de toda maneira o trabalho do escritor é social, no sentido de que depende da sanção da coletividade. Mas o trabalho por meio do qual ele incorpora ao patrimônio comum novas formas de expressão, novos *topoi* e novos gêneros ilustra bem esse trabalho lingüístico que se faz ao mesmo tempo sobre os conteúdos verbalizados, sobre sua expressão e sobre o sistema. Assim, exemplificando pela história do Francês, não há inconvenientes maiores em admitir que Froissart e Commines criaram a linguagem da história, que Calvino criou a prosa doutrinal, que Balzac criou a língua do romance clássico, que Flaubert lançou o discurso indireto livre etc. Esses exemplos mostram que o papel de limite que os estruturalistas imputaram ao código é fruto de uma supervalorização do conceito de estrutura, compreensível naquele momento, mas espúria.

A linguagem não é um limite ao pensamento e à apreensão do real: algumas avaliações do relativismo lingüístico

Por trás da crença que iguala a língua a uma nomenclatura, está o pressuposto de que os processos pelos quais categorizamos a realidade não sofrem qualquer influência de nossos conhecimentos lingüísticos. Se, como procurei provar, essa representação é uma caricatura das capacidades lingüísticas

humanas, compreende-se que à tradição que ela representa se tenham oposto historicamente outras tradições, segundo as quais a linguagem participa ativamente na categorização da experiência. Deixando de lado a tradição mágica – que afirma a continuidade entre o símbolo lingüístico e o objeto por ele representado, mas deixa pendente a questão da categorização propriamente dita –, a tradição em que é mais fortemente afirmada a influência da língua natural na estruturação do pensamento é o *relativismo lingüístico* – a doutrina segundo a qual as diferentes línguas historicamente constituídas correspondem a maneiras diferentes de pensar. Do relativismo passa-se insensivelmente ao *determinismo*, quando se afirma que as diferentes maneiras de pensar são *o produto* dessas línguas diferentes. Pelo peso que atribuem às línguas na categorização da experiência, seria de esperar que as teses relativistas contribuissem para fundamentar uma definição semântica de constitutividade. Não é isso que acontece, mas as razões do fracasso são instrutivas. Assim, compensa deter-se nas teses relativistas e refletir sobre o que as torna mais conselheiras, em matéria de constitutividade.

No século XX, o principal representante do relativismo foi, como todos sabem, Benjamin Lee Whorf, que chegou a afirmar que a grade classificatória através da qual enxergamos o mundo nos é dada por nossa língua materna, como se pode ler nesta passagem sempre citada:

We cut nature up (...) as we do largely because we are partners in an agreement to organize it in this way – an agreement (...) that is codified in the patterns of our language. (1956, p. 213)

Os estudiosos que especularam a respeito das idéias de Whorf são unânimes em situá-las numa tradição filosófica que inclui também o lingüista Edward Sapir e o antropólogo Franz Boas, e que remonta mais remotamente a Humboldt (1767-1835). Efetivamente, algumas das idéias que aparecem nos escritos de Whorf foram formuladas pela primeira vez por Humboldt, em particular a idéia de que a cada língua corresponde uma *forma mentis* particular e que

a verdadeira significação dos estudos lingüísticos consiste em estudar a participação da linguagem na criação das representações. Isto engloba tudo, visto que a soma destas representações compõe o homem.

Para Whorf, a influência da língua sobre o pensamento se exerce não apenas a partir de categorias gramaticais morfologicamente marcadas e, portanto, “visíveis” (*overt categories*), mas também a partir de aspectos da língua que não afloram na superfície, não são visíveis ao leigo, que precisam ser detectadas por uma análise lingüística sofisticada (*covert categories*). E quando Whorf fala de pensamento, ele entende não só a visão de mundo que as pessoas utilizam no dia-a-dia, mas também a reflexão consciente e a ciência, pois a reflexão consciente e a ciência não escapam de incorporar distorções e viéses do senso-comum, que são por sua vez reflexos da estrutura gramatical da língua. É o que ele diz, textualmente, no parágrafo que inclui a citação acima transcrita:

The categories and types that we isolate from the world of phenomena we do not find there because they stare every observer at face; on the contrary, the world is presented in a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds – and this means largely by the linguistic systems in our minds. *We cut nature up, organize it into concepts and ascribe significances as we do, largely because we are parties to an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language.* The agreement is, of course, an implicit and unstated one, but its terms are absolutely obligatory, we cannot talk at all, except by subscribing to the organization and classification of data which the agreement decrees. (1956, p. 213-214)

Seria impossível resenhar aqui tudo aquilo que já foi escrito sobre as opiniões de Whorf. Limite-me, por isso, a evocar duas avaliações mais célebres. Começo pela resenha do filósofo Max Black (1966a), que costuma ser lembrado entre os lingüistas por um luminoso ensaio sobre metáfora (1954), ao qual

pretendo retornar no final deste escrito. Embora reconheça a importância da publicação de *Language, Thought and Reality*, Black avalia as “teses de Whorf” de maneira particularmente desfavorável. Para ele, o relativismo lingüístico whorfiano é uma composição de teses de interesse e valor diferente, algumas das quais são banais, ou mesmo tautológicas, ao passo que outras, velhas conhecidas dos filósofos e historiadores da ciência, aparecem como datadas e ultrapassadas. Na segunda metade do século XX, segundo Black, algumas dessas teses tinham apenas um interesse histórico enquanto teses filosóficas, e retomá-las a sério era um equívoco. Por exemplo, Black atribui a Whorf a crença antiga (e segundo ele, inteiramente equivocada) de que descrever é *necessariamente* falsificar.

Black acusou Whorf de ser obscuro, e insinuou que seus melhores escritos sofriam do que ele chamou “falácia do lingüista”: Whorf teria atribuído sem maiores evidências uma consistência psicológica a distinções e interpretações que jamais tiveram qualquer realidade para os falantes das línguas em questão, e que somente poderiam ser inventadas por um lingüista disposto a dar asas à imaginação; além disso, a genialidade de Whorf o teria levado a afirmações absolutamente impossíveis de provar. Ao passo que a falta de clareza de Whorf me parece muito real, não penso que tenha sido um abuso de Whorf considerar outros elementos além dados observáveis. Aqui, parece que a crítica de Black endossa a orientação, típica do estruturalismo americano, segundo a qual toda análise lingüística deve consistir numa “representação compacta dos dados”. Como sabemos, essa orientação teve enorme importância no período pré-chomskiano, mas levou a um programa de análise pobre, particularmente pelo descarte dos fenômenos semânticos.

O lingüista tem interesse em tratar dos aspectos estruturais da língua em continuidade com os demais fatores culturais. Quando sua análise se define como mera compactação dos dados de um *corpus*, perde-se a possibilidade de reconhecer outras coerências, outras formas de estruturação, além daquelas que conhecemos em nossa língua materna e em nosso ambiente cultural. Para dar uma idéia do que tenho em mente, vale recordar a surpresa com que os primeiros antropólogos reagiram a algumas crenças que soavam obviamente falsas para a ciência ocidental, ao passo que eram inquestionavelmente verdadeiras na cultura “primitiva” estudada: lembrem-se aqui apenas os registros clássicos de Lévi-Bruhl sobre a crença dos Huichol do México, para quem “O milho é o veado”, de Evans-Pritchard sobre os Nuer, para quem “os gêmeos são pássaros”, ou de Sperber sobre os Dorze, para quem “o leopardo é um animal cristão, que guarda os dias de jejum da igreja copta”. Enquanto não se aponta para a possibilidade de um sistema de crenças ou para um “sistema de referências”

diferente do que utilizamos, é absolutamente impossível entender que essas afirmações são literais e verdadeiras em sua própria cultura – uma informação a que o lingüista não tem o direito de ser indiferente.

A necessidade de analisar a língua em continuidade com os demais fatores culturais é também a principal lição extraída da leitura do livro de Witherspoon (1977) sobre a língua, a visão de mundo e a arte dos Navajos. Resultado de uma longa convivência com esse povo, o livro fornece vários exemplos dos equívocos a que se sujeita uma análise feita em termos “estritamente lingüísticos”. Um desses exemplos é a análise da “falsa passiva em Navajo”, discutida num capítulo cujo título é claramente de inspiração whorfiana “Classifying the World through Language”. Nesse capítulo, Whithersopoon retoma outra análise, lançada pelo lingüista Kenneth Hale a propósito de sentenças como (1) e (2):

- (1) Eíí dzaanééz *yiztal* (*horse mule it-it-kicked*)
 (2) Eíí dzaanééz *biztal* (*horse mule it-it-kicked*)

A primeira dessas sentenças asserta que o cavalo escoiceia a mula, a segunda asserta que é a mula que escoiceia o cavalo, e isso tinha levado Hale a entender a segunda sentença como uma forma de inversão, e a traduzi-la em inglês pelo passivo. Mas construções como

- (3) Tô at'ééd boodlóá' (*water girl it-it-drunk*)
 (4) Eíí' astiin biztal (*horse man it-it-kick*)

são impossíveis em Navajo; por isso Hale tinha decidido dispor os nomes numa hierarquia (fundamentada no maior ou menor grau de animacidade dos substantivos), e a estabelecer que são agramaticais sentenças em que a passiva tem como agente o nome hierarquicamente mais baixo. Para Witherspoon, essa explicação não serve. Ela não esclarece por que certos nomes que estão no mesmo nível hierárquico ora se prestam à “inversão”, ora não, e sobretudo não justifica o fato de que os nativos achavam sentenças como (3) e (4)

irresistivelmente ridículas. A explicação desses fatos, para Witherspoon, não pode ser dada em termos de estrita gramaticalidade; precisa ser buscada numa espécie de metafísica que os Navajo associam à língua, pela qual os humanos, por serem por definição “mais espertos”, detêm o poder de controlar os eventos. Para um Navajo, (3) é inaceitável não porque infringe uma subcategorização que situa as palavras numa hierarquia de animacidade, mas porque faz da água um ser intrinsecamente mais esperto que um humano; nesse sentido, uma tradução fiel não é a passiva inglesa comum, mas algo como “The wather had itself drunk through the girl” que, também em inglês soa, se não ridícula, pelo menos estranha. Analogamente, a sentença (4) é inaceitável para um falante de Navajo porque, em termos de “esperteza” e “controle de situações”, põe o homem abaixo do cavalo.

Witherspoon chega a resultados semelhantes ao estudar uma área do vocabulário para a qual deveria bastar uma descrição “objetiva” e, mais precisamente, “biológica” – os termos de parentesco: em Navajo, como em qualquer língua, eles indicam diferentes combinatórias das relações básicas de consanguineidade, afinidade e lateralidade que são possíveis de estabelecer a partir de um *eu*; como essas relações básicas são objetivas (biológicas), esperar-se-ia que a descrição dos termos de parentesco pudesse reduzir-se a fórmulas biológicas; mas na medida em que o mesmo vocabulário organiza todo um conjunto de relações de proximidade social, acesso possível e responsabilidades, em que o parentesco biológico é apenas um ingrediente entre outros, torna-se impossível explicá-los daquela maneira. Na nossa perspectiva de ocidentais, parece razoável tratar como “extensões metafóricas” os usos em que certos termos de parentesco do Navajo indicam acima de tudo relações de proximidade social, mas Witherspoon deixa claro o logocentrismo inerente a esse enfoque: chamar de extensão metafórica aquilo que se perde quando os termos de parentesco do Navajo são traduzidos em fórmulas biológicas é no mínimo arbitrário; é incorrer na mesma falácia de Levi-Bruhl, que tendia a cobrar dos Huichol que dissessem que “o milho é *como* o veado”. Na realidade, a própria distinção entre literal e metafórico é culturalmente marcada: nas culturas referidas, ela não faz muito sentido.

A lição dessas passagens de Witherspoon é que o tipo de transgressão pelo qual certas sentenças aparecem como mal formadas aos falantes não é, de fato, sintático mas ideológico: elas contam histórias incompatíveis com um determinado sistema de referências. O molde da voz passiva, tal como o aprende o estudante de fala inglesa, não serve como tradução da partícula *bi-* do Navajo, porque as “crenças associadas” são outras. A definição de parentesco que

tenderíamos a encarar como objetiva não vale como moeda neutra de conversão porque os fatos biológicos são apenas um dos ingredientes da significação dos termos de parentesco; e usar esses fatos como metalinguagem seria reduzir a língua a algo que ela efetivamente não é. Há necessidade de conhecer o sistema de crenças associado a uma linguagem para poder entendê-la; na interpretação de tudo aquilo que é significativo, o sentido e a crença são até certo ponto inseparáveis.

O trabalho de Witherspoon é também um bom exemplo de como se pode (e, no meu entender, se deve) ser whorfianos, sem ser necessariamente deterministas. Contraposto à crítica de Black, de que Whorf teria cometido a “falácia do lingüista”, mostra que as diferentes “compactações de dados” a que chegam as análises dos lingüistas não podem ser julgadas apenas por critérios técnico-lingüísticos.

Em oposição à tese whorfiana, que afirma a determinação do pensamento pela linguagem, Whitherspoon evita reivindicar qualquer tipo de anterioridade (lógica ou filogenética) da língua em relação ao sistema de crenças. Assim, pode adotar uma posição bem mais equilibrada, que recupera dois elementos presentes no pensamento de Franz Boas: a confiança na perfeita harmonia entre língua, pensamento e cultura, e a crença na profunda adequação de qualquer língua à cultura que exprime.

Uma outra avaliação célebre do relativismo whorfiano é a que foi feita pelo filósofo polonês Adam Schaff. Investigar as relações entre pensamento e linguagem à luz das idéias de Whorf é, com efeito, um dos principais objetivos de seu livro *Linguagem e Conhecimento* (1964). Escrito no final da década de 50, com uma forte preocupação por manter-se coerente com a doutrina marxista, esse livro afirma que a linguagem mantém com o pensamento e com o conhecimento uma relação *dialética* – um termo de conotações hegelianas e marxistas que faz esperar, no mínimo, que entre a linguagem e o conhecimento haverá fortes determinações recíprocas. Segundo Schaff, a natureza dessas determinações deve ser demonstrada em termos empíricos, não filosóficos (o que o leva a colocar sob forte suspeição alguns autores que escreveram no mesmo período, por exemplo o Cassirer da *Filosofia das Formas Simbólicas*). Assim, Schaff se preocupa em relacionar as idéias de Whorf a uma série de pesquisas que poderiam servir-lhes de teste, e que compreendem: a) o estudo das línguas “primitivas”; b) o estudo da aquisição da linguagem (representada então pelas teorias de ponta de Piaget e Vygotsky); c) o estudo da afasia e da fala de crianças surdas-mudas (Goldshtein e Luria). As conclusões que Schaff tira desse confronto podem ser resumidas na afirmação de que a linguagem não

desempenha nenhum papel essencial em formas mais elementares de pensamento, mas é um ingrediente indispensável do pensamento abstrato.

Fazer a avaliação empírica proposta por Schaff, considerando todas as áreas de pesquisa que ele apontou como relevantes, já era em seu tempo uma tarefa sobreumana, e eu não pretendo nem de longe tentar essa tarefa, por absoluta falta de preparo. Gostaria, porém, de lembrar que alguns estudos posteriores que tematizaram a diversidade das línguas historicamente dadas, trouxeram descobertas que levam a encarar com ceticismo não só a tese de Schaff segundo a qual a língua é condição para o pensamento abstrato, mas ainda a tese de Whorf, segundo a qual a linguagem determina o pensamento. Começemos por estas últimas.

Um estudo que trouxe dados difíceis de conciliar com as teses whorfianas é a investigação de Berlin e Kay (1969), sobre o vocabulário das cores, ponto de partida para a reflexão que resultaria na semântica de protótipos. Essa linha de pesquisa contou com contribuições significativas de muitos outros autores, particularmente Eleanor Rosch, e depois Eve Sweetser e George Lakoff. Essa linha de pesquisa estava particularmente ativa no final dos anos 70 e exerceu uma forte atração sobre o nosso Carlos Franchi, que dedicou a ela um relatório primoroso, ao final de um estágio na Universidade da Califórnia (1980).

Lembremos em que consistiu o trabalho de Berlin e Kay. Num total de 20 línguas, eles selecionaram inicialmente o “vocabulário básico para as cores”, eliminando os nomes compostos (como *verde-azulado*), os nomes de cor que são simultaneamente nome de algum objeto (como (*roupa*) *abacate*) e os nomes formados de mais de uma palavra (*roxo-batata*). Os autores pediram em seguida a seus informantes que utilizassem os nomes “básicos” assim obtidos numa tarefa de nomeação de cores a ser feita sobre um conjunto de 329 amostras de diferentes matizes cromáticos, orientada pelas instruções de a) reunir, traçando um círculo, todas as amostras a que o nome se aplica e b) apontar a cor mais típica do conjunto. A partir dessas tarefas aparentemente banais, Berlin e Kay obtiveram alguns resultados não óbvios:

- os nomes básicos para cores variaram em número, entre 2 e 11, conforme a língua estudada;
- as amostras apontadas como melhores exemplos de cores foram as mesmas nas diferentes línguas (mais exatamente: as amostras apontadas como melhores exemplos de cores numa língua com n nomes básicos, foram consistentemente apontadas como melhores exemplos em línguas com $n + m$ nomes básicos);

- foi possível definir algumas regularidades quanto à codificação das cores, em função do número de termos básicos. Assim, se uma língua possui apenas dois termos, eles se referem respectivamente às cores brilhantes e às opacas; se existe um terceiro termo, ele se aplica ao vermelho etc.

Evidentemente, o resultado mais importante desse trabalho é a constatação de que as cores se organizam em torno de certos focos, ou “melhores amostras”, isto é, a constatação de que algumas tonalidades cromáticas apresentam uma saliência perceptual maior. Esse resultado aponta para um princípio universal de organização, exatamente num domínio em que sempre se esperou a variação mais descontrolada, e é uma forte evidência empírica contra o relativismo whorfiano, ao menos em suas versões radicais.

Uma outra linha de discussão relevante para avaliar a idéia de que não há pensamento abstrato sem linguagem, é a que parte dos trabalhos de Alfred Bloom (1981).

Os objetivos das pesquisas de Bloom, os resultados a que ele julgou ter chegado e os debates que eles suscitaram são cuidadosamente relatados num dos dois livros que John A. Lucy dedicou ao tema da relatividade e diversidade das línguas. As pesquisas de Bloom diferiam das de Berlin e Kay e dos outros estudos da época, porque os fatos que ele procurou testar em situação experimental não eram itens lexicais, mas construções sintáticas, e o “pensamento” não era identificado nem com a percepção, nem com a memória, mas com a capacidade de usar certos esquemas lógicos que, por hipótese, só estariam disponíveis para os falantes das línguas que comportam determinadas construções sintáticas. O projeto de Bloom começou a tomar forma a partir de uma sondagem destinada a antecipar as repercussões políticas de um questionário, por meio do qual a administração de Honk Kong pretendia controlar as atividades dos residentes não-nativos. Diante de uma pergunta como “Se o governo exigisse que todos os indivíduos nascidos fora de Honk Kong informassem semanalmente suas atividades à polícia, como é que você reagiria?”, os falantes de chinês a que era aplicado o teste respondiam invariavelmente “O governo não fez / não pode fazer / não vai fazer isso”, e a insistência na pergunta resultava em respostas do tipo “Não é assim que se fala”, “não é assim que se pensa” ou “Isso não é chinês”, isto é, desqualificavam a pergunta. Nada disso acontecia com residentes de origem americana ou francesa. À diferença das línguas européias, o Chinês não comporta uma construção contrafactual, ou seja, não dispõe de uma forma de condicional especialmente apropriada para indicar a falsidade do antecedente, de modo que essa falsidade precisa estar

evidente no contexto não lingüístico, ou então ser informada numa sentença assertiva à parte. Considerando a maneira como os chineses tinham reagido à sondagem à luz dessas considerações gramaticais, Alfred Bloom formulou então a seguinte pergunta:

Could having or not a counterfactual construction in one's language play a significant role in determining how inclined one will be to think in counterfactual terms?

Para respondê-la, preparou um certo número de testes. Um deles consistiu em apresentar a diferentes grupos de sujeitos três versões de uma mesma história, que obedeciam aos seguintes formatos:

[Inglês] X não aconteceu, mas se X tivesse acontecido, então Y teria acontecido, W teria acontecido e Z teria acontecido
[Chinês] X não aconteceu, mas acontecendo X, então Y, então Z, então W etc.

Após a história, vinha uma pergunta, destinada a verificar se os indivíduos testados haviam conseguido “fixar-se mentalmente na perspectiva contrafactual, adotando-a como um ponto de orientação estável, a partir do qual analisariam a série de consequentes apresentada”. Nessa tarefa, os falantes de inglês superaram os bilíngües, e estes, por sua vez, superaram os falantes monolíngües de chinês.

Um outro teste apresentava a falantes do Inglês e do Chinês, na respectiva língua, a seguinte pergunta: “Se todos os os círculos fossem grandes, e este pequeno triângulo D fosse um círculo, ele seria grande?”

A resposta “sim” predominou entre os falantes de inglês, e a resposta “não” entre os chineses.

Bloom interpretou esses resultados como prova de que os ocidentais utilizam os contextos contrafactuais com maior facilidade, e não viu isso como um fato isolado: concluiu, ao contrário, que os ocidentais praticam com maior

facilidade toda uma série de operações intelectuais que, em seu conjunto, apontam para uma tendência a pensar abstratamente; por hipótese, essa tendência ao pensamento abstrato seria tipicamente ocidental, e deveria ser colocada em correspondência com elementos específicos da estrutura gramatical das línguas ocidentais. Assim, uso do artigo definido com interpretação genérica, sem qualquer referência a objetos presentes no contexto dêitico, seria outra maneira de afastar-se do uso mais básico da língua, representado pelo discurso sobre objetos, propriedades e ações recuperáveis na situação, e o uso da nominalização teria o efeito de fazer passar da descrição do mundo real para a descrição do mundo de entidades hipotéticas.

É tentador ver nos resultados de Bloom (1981) um forte argumento a favor de um relativismo de colorações deterministas, que explicaria lingüisticamente uma série de diferenças culturais. Mas esses resultados foram prontamente contestados, por exemplo, por Au (1983), a partir de experimentos que, realizados em condições análogas, obtinham números discrepantes. Esses novos experimentos apontaram para a necessidade de dedicar maior atenção a alguns fatores que ele não havia controlado, entre eles a composição étnica dos grupos testados, a idiomaticidade dos textos apresentados em chinês, o tipo de discurso em que aparecem as construções problemáticas etc. Além disso, os críticos de Bloom registraram a criação (ou mais exatamente, a adaptação) de uma partícula (*we*) que passou a expressar o contrafactual em Formosa, por pressão intercultural.

Em suma, as discussões provocadas pelos trabalhos de Bloom, em vez de trazer novas evidências favoráveis à tese de que o pensamento abstrato depende da linguagem, acabaram por mostrar que o risco de etnocentrismo não fica afastado, mesmo quando se assume uma posição relativista, na defesa de em posições que parecem ser o desdobramento natural das afirmações whorfianas. Mostraram também a importância de não esquecer que diferentes sociedades dão pesos diferentes às diferentes práticas que enfeixamos sob os nomes genéricos de pensamento ou conhecimento, o mesmo acontecendo com diferentes segmentos de uma mesma sociedade. Os diferentes graus de sucesso com que indivíduos pertencentes a diferentes grupos ou etnias enfrentam as situações experimentais podem, em última análise, refletir o peso atribuído a essas práticas, que é passível de alterar-se por pressões internas ou externas.

A linguagem não é condição para todo tipo de pensamento abstrato

Assimilada essa lição, é possível considerar com mais serenidade a afirmação de Schaff de que o equilíbrio dialético entre a linguagem e o pensamento enquanto fatores do processo cognitivo consiste no fato de a linguagem ser condição para todo pensamento abstrato.

Para qualquer lingüista, recusar que a linguagem esteja envolvida em todas as formas “superiores” de conhecimento tem um custo psicológico alto. Por uma deformação profissional compreensível, o lingüista tende a crer que toda atividade intelectual se realiza num meio verbal, uma crença que valoriza seu objeto de trabalho, e é reforçada por várias aproximações tradicionais (por exemplo, a das duas práticas que os gregos denominaram *λόγος* – *falar* e *raciocinar* –, ou o fato de que se pode encarar a iniciação a uma ciência desconhecida como a aquisição de uma nova linguagem). Mas não é certo que toda abstração seja verbal. Para desautomatizar essa crença, exponho, a seguir, o papel reservado à linguagem na reflexão sobre pensamento visual de que se trata em Arnheim (1969). Para esse autor, um dos últimos representantes da Gestalt, toda atividade mental inteligente, desde a percepção até as tarefas mais complexas de *problem solving*, envolve inextricavelmente a manipulação de formas e a abstração. Nem a manipulação de formas nem a abstração dependem do uso de signos verbais para Arnheim; portanto, não se tratará de descrever a língua natural como condição de possibilidade de qualquer atividade inteligente, mas sim de perceber que a língua manipula formas de um tipo particular, e pode articular-se com outros modos de manipular formas, potenciando os efeitos cognitivos e criativos desses outros processos. É esse o sentido geral do capítulo de Arnheim (1969) que mais diretamente interessa ao lingüista, um capítulo significativamente intitulado “The words in their place”, no qual o autor reflete sobre o papel específico que cabe à linguagem no raciocínio criativo.

Contento-me, aqui, em destacar algumas teses daquele capítulo que são fundamentais para as relações entre linguagem e conhecimento: a) o caráter ativo e inteligente da percepção; b) o caráter criativo da abstração; c) a possibilidade de um raciocínio não-verbal.

a) Para muitas pessoas, vale até hoje uma velha teoria pré-socrática segundo a qual nossa percepção do mundo é eminentemente passiva: as impressões ou imagens (visuais, auditivas etc.) do mundo seriam captadas seguida e caoticamente pelos sentidos, cabendo ao cérebro a função de processá-

las, organizá-las e clarificá-las. Arnheim mostra, ao contrário, que uma atividade inteligente de seleção e organização de estímulos está presente desde as formas mais elementares de percepção (por exemplo, as que são encontradas em moluscos e outros animais localizados nos níveis mais baixos da escala biológica). Nos seres humanos, a percepção é altamente inteligente e estruturada, servindo de exemplo o modo como localizamos os objetos espaciais (tridimensionais) mediante o sentido da visão que, à maneira de uma máquina fotográfica, registra as imagens recebidas na superfície da retina, que é apenas bidimensional.

b) Para Arnheim, a manipulação de formas se torna criativa na medida em que o indivíduo consegue perceber linhas de força não óbvias num quadro de figuras anteriormente dado. É, aliás, nessa manipulação de formas, na qual se produz uma nova organização da experiência pela identificação de linhas de força, que Arnheim reconhece a verdadeira abstração, em oposição às definições tradicionais que evocam a etimologia de *abstrair* (< *abs* + *trahere*, “retirar”), e falam de “despojamento progressivo” das qualidades perceptuais dos objetos. Para Arnheim, a abstração não retira nada dos dados; ao contrário, superpõe-lhes uma estrutura, ou seja, opera sempre por acréscimo.

c) Dada essa definição, é compreensível que os melhores exemplos de abstração envolvam figuras, sendo emblemática a maneira como foram vistas ao longo dos séculos as figuras planas da circunferência, da elipse e da parábola. Essas figuras são conhecidas desde os gregos, que aliás descobriram e formularam suas principais propriedades; foram, contudo, tratadas como entidades geométricas distintas e independentes até que o matemático francês Poncelet, no século XIX, conseguiu visualizá-las como as linhas em que um plano intersecta um cone: quando essa intersecção é paralela à base do cone, a intersecção assume a forma de uma circunferência; quando é paralela à altura, assume a forma de uma parábola, que será mais ou menos achatada conforme a distância em relação à altura do cone, e que se transformará num triângulo se a altura do cone pertencer ao plano. A percepção daquelas diferentes figuras planas como partes de um único sólido é, para Arnheim, um autêntico episódio de abstração, que pode ser relatado verbalmente, como acabo de fazê-lo aqui, mas que se realiza tipicamente num meio não-verbal.

O contraste entre pensamento verbal e não-verbal fica ainda mais evidente no comentário que Arnheim faz desta célebre passagem das *Confessions*, em que o filósofo Jean-Jacques Rousseau adulto rememora a dificuldade que experimentava, em criança, para entender a fórmula do quadrado do binômio $(a + b)^2 = a^2 + b^2 + 2ab$, quando essa fórmula era proposta em termos puramente algébricos (verbais), sem apoio em elementos perceptuais:

Eu não gostava da maneira de operar sem saber o que se faz, e parecia-me que resolver problemas geométricos por meio de equações era como tocar uma melodia virando uma manivela. A primeira vez que, pelo cálculo, cheguei à conclusão de que o quadrado de um binômio equivalia à soma dos quadrados de suas duas partes, mais o dobro do produto dessas duas partes, recusei-me a acreditar, até que desenhei a figura. Eu tinha um grande gosto pela álgebra considerada como uma mera quantidade abstrata; mas quando aplicada à extensão, eu queria vê-la operar sobre as linhas, de outro modo, não compreendia mais nada. (Confessions)

Obviamente, uma demonstração algébrica da fórmula para o quadrado do binômio é possível, mas ela não dá à regra o mesmo grau de evidência que a demonstração contida na figura 1 a seguir, onde $(a + b)$ é representado como o lado de um quadrado;

FIGURA 1 - REGRA DO QUADRADO DO BINÔMIO

	a	b
a	a^2	ab
b	ab	b^2

neste último caso, a demonstração é geométrica (visual), e a compreensão da regra é imediata.

Além de estabelecer que todo pensamento criativo é manipulação de formas, Arnheim postula que todas as noções teóricas derivam direta ou indiretamente da experiência sensorial, e isso tem conseqüências importantes para sua definição do papel da linguagem nos processos cognitivos. Com efeito, embora a linguagem humana envolva a utilização de formas sonoras ou gráficas, ela não faz dessas formas um autêntico meio de representação: a linguagem humana é, para quem queira reportar-se à famosa classificação Peirciana, um sistema comunicativo em que prevalecem os símbolos e não os ícones, e isso faz com que a manipulação de formas que Arnheim exige em toda atividade intelectual criativa tenha que ser procurada não nos signos lingüísticos, mas em seus referentes. Arnheim chega, assim, à conclusão de que o papel da linguagem

como recurso de abstração tem sido superestimado. Qual seria, para ele, a avaliação correta?

A resposta está, aparentemente, neste subtítulo do capítulo 7 de *Visual Thinking*: “Language is not indispensable to thought, but it helps”. A ajuda relevante da linguagem não deve ser buscada na recuperação automática de informações armazenadas verbalmente na memória (como nos exercícios de tabuada) ou nos enunciados analíticos, onde a linguagem intervém de maneira estéril; deve, ao contrário, ser buscada nos usos em que ela permite manipular as representações proporcionadas pelos sentidos. Arnheim dá exemplos desses usos: 1) uma mala, deixada na passagem, é antes de mais nada um obstáculo à circulação; embora seja objetivamente a mesma, será então vista de maneira diferente do que ocorreu quando foi examinada pelo comprador, na loja de artigos para viagem. A linguagem pode aplicar-se à mesma mala de maneiras diferentes, especificando diferentes modos de conceitualizá-la, ou seja:

words do supply stable tags that commit sensory experience to acknowledging certain types of phenomena. (...) words by which things are named are categories. Such naming, therefore, indicates to some extent the level of abstractness at which an object is perceived. (p. 238)

2) Conceitos como o de árvore aplicam-se a árvores de diferentes formas, cores e tamanhos; além disso, do conceito de árvore, se passa insensivelmente a outros próximos, como o de arbusto ou de trepadeira. Aqui, a linguagem faz outra contribuição:

it supplies a clear-cut, distinct sign for each type and thereby encourages perceptual imagery to stabilize the inventory of visual concepts. The universe of sound is ideally suited to supply these verbal labels. (p. 236)

Nesses usos, a linguagem e as imagens visuais mantêm uma relativa autonomia, mas compensam suas respectivas deficiências. Criada sobretudo para fins práticos, a linguagem põe um freio ao pensamento visual em sua tendência a ver as coisas como meras formas; mas continua possível operar criativamente com os referentes enquanto formas perceptíveis, contrabalançando a tendência da linguagem a fixar e estabilizar a percepção.

O que me parece atraente no enfoque de Arnheim é o fato de que considera a percepção de maneira ampla e, em oposição ao caráter estático das duas concepções já recusadas aqui (a da nomenclatura, que representa o mundo como uma coleção de objetos enquadrados em categorias imutáveis, a que a língua apenas aplicaria etiquetas, e a do relativismo mais radical, em que a linguagem impõe sua organização ao fluxo “caleidoscópico” do mundo), estabelece entre as nossas competências lingüísticas e não lingüísticas uma via de mão dupla.

Essa via de mão dupla esboça um quadro que é, verossimilmente, mais apropriado como pano de fundo para pensar a constitutividade da linguagem. Em si mesma, porém, não a define.

Para uma definição semântica de “atividade constitutiva”

Freqüentemente, as hipóteses que somos obrigados a rejeitar encerram um fundo de verdade, que ajuda a explicar os motivos de sua resistência. O fundo de verdade que se pode identificar na tese da língua como nomenclatura e na hipótese de Sapir-Whorf é que toda língua proporciona uma teoria ingênua do mundo, que representa um depósito de experiências e crenças útil, dentro de certos limites.

Para sobreviver como tal, qualquer cultura precisa incluir uma representação do mundo adaptada às condições externas; e dada a complexidade que se exige para que essa visão de mundo garanta a permanência de uma cultura, seria pouco provável que todas as articulações de um sistema de crenças desse tipo, ou mesmo as principais, fossem explicitamente representadas pelas características estruturais da língua. Os falantes da língua, é claro, sempre podem enunciar as crenças presentes no sistema de referência de uma cultura, por exemplo, contando seus mitos ou celebrando seus rituais; mais costumeiramente ainda, construirão enunciados em que as crenças compartilhadas aparecem na forma de implícitos ou pressupostos. Ao recolher dados sobre a língua Moré ou

Txapakúra, Celso Ferrarezi Júnior, verificou, por exemplo, que os Moré organizam seu mundo distinguindo nele três ecozonas principais: a copa das árvores (moradia dos pássaros e dos macacos), a terra firme (moradia dos homens, da maioria dos mamíferos e de algumas aves – por exemplo, as galinhas – e de algumas cobras) e a água (moradia de peixes, aves e cobras aquáticas e alguns mamíferos como a ariranha). Outros princípios de organização cruzam-se com este, como o fato de os animais constituírem ou não alimento para o homem, e serem ou não um alimento saudável. Nenhuma particularidade morfológica dos substantivos indica a qual das ecozonas ou categorias de base alimentar pertencem as várias espécies animais, mas o informante discorre com clareza sobre tudo isso e reúne sem dificuldades certos animais numa mesma categoria, qualificando-os como “parentes”. Nesses exemplos, e nos inúmeros outros exemplos que se poderiam evocar, é possível reconhecer uma atividade de interação verbal que não só se baseia num sistema de crenças, mas que também o confirma passo a passo, de modo que não seria desarrazoado falar aqui em “atividade constitutiva”.

Mas não são estes os exemplos de constitutividade que eu gostaria de valorizar, porque eles dão da língua uma visão conservadora, para não dizer reacionária. Eu gostaria, ao contrário, de oferecer exemplos em que a linguagem exerce um papel criativo e transformador, pois o ensinamento de Franchi resultaria empobrecido se concluíssemos que a linguagem é constitutiva apenas do sistema de referência já constituído em relação ao qual se interpreta. Por isso, prefiro olhar para outros tipos de uso, em que a língua natural se contrapõe a uma categorização vigente, alterando-a. Na sequência, serão expostos três exemplos desse tipo: eles ilustram três situações em que o uso da linguagem resulta tipicamente num ganho cognitivo, correspondendo a três funções que, por falta de termos melhores, chamei respectivamente de *monitoramento*, *criação de objetos não convencionais* e *subversão*. A escolha desses exemplos foi ditada pelo fato de eu ter refletido previamente sobre eles, o que, por si só, não os torna especiais; outros linguistas conhecem, certamente, exemplos melhores dos mesmos processos ou de processos afins.

O papel de monitoramento

Chamo de monitoramento ao processo pelo qual a linguagem se associa a um determinado conjunto de experiências, permitindo que seus limites sejam

redefinidos, e suas articulações internas reformuladas, sem perda de continuidade.

Esse processo é ilustrado com especial clareza na formação do conceito moderno de sífilis, tal como vem exposta no livro de Ludwig Fleck, *Genesis and Development of a Scientific Fact*. O livro historia as vicissitudes através das quais o conceito de sífilis se configurou como uma entidade médica específica, e reflete sobre as condições que, em geral, nos permitem estabelecer verdades científicas. Como se sabe, a sífilis apareceu na Europa no início da era moderna, e o fato foi desde então objeto de várias explicações (influência negativa de Saturno, castigo divino pela fornicação, mau sangue...). Embora essas explicações nos pareçam hoje altamente mirabolantes, elas constituíram a ciência da época, e Fleck não zomba delas; mostra, ao contrário, que algumas dessas representações “fantasistas” permaneceram presentes durante vários séculos no corpo social, e que uma delas – a teoria do mau sangue – acabou fornecendo o contexto que permitiu descobrir o primeiro teste “científico” de que a medicina lançou mão para diagnosticar a doença, a chamada Reação de Wassermann.

Médico e epistemólogo, Fleck só se refere à linguagem em poucas ocasiões, e sempre o faz em termos bastante tradicionais. Nem por isso sua reflexão deixa de ser altamente instrutiva no presente contexto, pois esclarece o papel exercido pela linguagem no processo que cria um “fato científico”. Esse papel parece ter sido o de reunir um conjunto de experiências que mereciam tratamento uniforme, tanto na fase anterior a Wassermann, como na fase posterior. Os fatos que a palavra *sífilis* reunia antigamente parecem-nos, hoje, díspares, e o conceito resulta sincrético: o que se reuniu foram possivelmente coisas bastante disparatadas (imagine-se quantas doenças se tornam candidatas a castigo divino pela fornicação, num ambiente preconceituoso!), mas constituíam uma unidade na época, pelo menos no uso da grande comunidade leiga. Na nova definição, obtida no contexto de uma nova biologia, já não contam as conotações religiosas e astrológicas, ao passo que é absolutamente relevante o teste “laboratorial”. Atentos à lição de Fleck, não devemos descartar a possibilidade de que algumas das velhas crenças continuem presentes no círculo social mais amplo, e que possam, eventualmente, ser retomadas em contexto científico, causando avanços de alguma disciplina que estuda a sífilis; mas podemos admitir que com a descoberta da reação de Wassermann, também a palavra *sífilis* entrou num estágio novo de sua história – quando se viu comprometida com aplicações novas, associadas ao teste de Wassermann, e quando, em contrapartida, as associações anteriores se tornaram antiquadas e preconceituosas.

Presente durante todo o processo com sua adaptabilidade característica (Fleck usa mais exatamente o adjetivo *plástico*, com o sentido de “suscetível de assumir formas variadas”, o mesmo sentido que ainda encontramos em seu cognato *plasmar*), a linguagem garante uma continuidade relativa, adaptando-se, no curso do processo, a expressar o novo conjunto de condições e práticas interrelacionadas, que são consideradas parte de uma mesma entidade ou categoria nosológica. Aqui, a linguagem manifesta seu papel constitutivo garantindo a transição entre uma fase “sincrética” e uma fase “exata”, graças à qual o edifício de nossos conhecimentos continua sendo reconstruído sem desabar.

Fleck fala de história da ciência, mas o monitoramento da experiência pela linguagem não se limita ao vocabulário científico, é corriqueiro. Resulta, em última análise, na modificação do conjunto de testes que se usam como critério para aplicar uma determinada palavra a um conjunto de experiências e é criativo na medida em que as revisões propostas só se justificam por uma atitude mais geral de questionamento das crenças recebidas. Fleck insiste em dizer que a criação de um novo conceito científico é sempre social, mas isso não obriga a pensar que os novos conceitos substituem os antigos sem uma fase de vacilação e debate. Assim, a assimilação de um conceito novo pode sempre ser vista como a resolução de uma fase de sincretismo não-declarado, não percebido, em que convivem o conceito antigo e o novo (e eventualmente outros); somente depois de superada essa fase é que o sincretismo prévio se torna visível.

O papel da linguagem na construção de objetos não convencionais

Em oposição ao exemplo anterior, em que a forma da palavra permanece inalterada, enquanto sofre profunda reelaboração o conceito associado (enquanto sofrem alterações profundas os critérios de aplicação correta da palavra), a plasticidade da linguagem pode ser explorada no sentido de operar deliberadamente sobre a forma para construir objetos não convencionais, isto é, objetos não dados na representação de mundo recebida. Um exemplo desse processo foi analisado em Ilari e Rébora (1987) e aponta para a maneira como operações efetuadas sobre a forma gramatical de uma expressão podem resultar em modificações do sistema de referência dado.

Para muitos efeitos, o sistema de referência associado a uma língua como o português pode ser representado como uma construção de relativa

complexidade cujos elementos atômicos são indivíduos, propriedades e relações. Normalmente, espera-se que um ser humano seja tratado no sistema de referência como um indivíduo; por isso, a personagem histórica do cantor Caruso é mais verossimilmente descrita no sistema de referência associado à língua como um objeto de referência único e indivisível. Mas, como qualquer ser humano, o homem Caruso foi uma entidade tipicamente processual, portanto a sua representação como um objeto põe, do ponto de vista ontológico, o velho problema que intrigou Heráclito em sua contemplação do rio Caistro: como é possível estar duas vezes diante do mesmo rio se as águas que passam por ele nunca são as mesmas? Essa pergunta recebeu uma resposta clássica em Quine: os seres humanos adotam uma ontologia de objetos (e não de fluxos ou de processos) por ser essa forma de representação a mais econômica, a que melhor os habilita à sobrevivência. Construir os processos como objetos pode ser uma opção ontológica, mas exige operações lingüísticas, cujo funcionamento é assimilado no período de aquisição da linguagem, e sofre, ao que tudo indica, vários refinamentos posteriores.

Admitido que assim seja, há mecanismos lingüísticos que têm especificamente por função a construção “lingüística” de objetos: o nome próprio (*Enrico Caruso*), as descrições definidas (*o imigrante napolitano que mais fez sucesso na década de 20, nos States, como cantor lírico*), os pronomes dêiticos (*ele*, apontando para um retrato de Caruso). O processo que pretendo exemplificar aqui, consiste em separar por meios lingüísticos *dois* indivíduos Caruso – o Caruso homem e o Caruso cantor, o que contraria e modifica o sistema de referência corrente. Em Ilari e Rébora (1987), discute-se nesses termos este pequeno trecho: “O Caruso cantor cobra por seus recitais, beneficentes ou não. O Caruso homem contribui generosamente para as causas nobres”. Depois de situá-la no contexto de um recital beneficente pelo qual, segundo se conta, Caruso cobrou adiantados 10.000 dólares (quantia astronômica para a época), ao passo que contribuiu no final com um cheque de 20.000.

É evidente que o nome próprio bastaria para remeter a um indivíduo do sistema de referência de que todos dispomos; o uso concomitante do nome próprio com um adjunto restritivo obriga-nos, porém, a uma construção mais requintada e resulta em definir dois objetos distintos, cada um dos quais comporta apenas algumas das determinações que estariam reunidas na personagem histórica Caruso. Definem-se desse modo, no lugar da personagem histórica Caruso, dois “semi-referentes” (para usar a expressão não de todo feliz do texto citado): mais uma vez, um sistema de referências que resulta satisfatório para muitos outros efeitos, e que por isso aparece normalmente como estável, foi

modificado. Isso é possível porque duas operações lingüísticas independentemente suficientes para construir referentes de discurso – o uso do nome próprio e o uso de uma descrição definida – continuam disponíveis e são aplicadas cumulativamente.

A criação dos dois semi-referentes resulta da aplicação de operações inteiramente familiares e resulta na identificação de objetos de um tipo diferente daqueles a que essas operações levam habitualmente. Mas o recurso de aplicar de maneira não familiar operações familiares é, pelo que sei, uma maneira clássica de realizar descobertas; por esse mesmo caminho, na aritmética que todos aprendemos na escola, o reconhecimento de uma operação inversa da adição e sua aplicação a casos não banais levou à “descoberta” dos números negativos; idem para a multiplicação e os números fracionários, idem para a exponenciação e os logaritmos. Se a analogia com estes processos matemáticos for clara, como me parece, penso que não haverá necessidade aqui de insistir quanto ao caráter – altamente criativo e ao mesmo tempo lingüisticamente balizado – da construção de objetos não convencionais, e quanto ao alcance possível desse processo.

Heurística e subversão

Escrito no contexto do Projeto da Gramática do Português Falado, o longo artigo *Considerações sobre a posição dos advérbios* (Ilari et al., 1990) propôs, para as palavras que a tradição gramatical reúne na classe dos advérbios, uma grade classificatória que tem sido de um modo geral bem aceita. A despeito do grande número de subclasses que prevê, essa classificação se fundamenta num princípio extremamente simples, que consiste em considerar como advérbios as palavras que predicam de predicados, e em perguntar qual a natureza dos objetos a que se aplicam. Por esse procedimento, ficam inapelavelmente excluídos da classe dos advérbios os dêiticos, como *aqui e agora*, ao mesmo tempo que se podem distinguir com alguma clareza diferentes tipos de usos (operadores discursivos, advérbios propriamente ditos) para palavras como *naturalmente, justamente* etc. A definição de advérbio adotada em Ilari et al. (1990) tem uma história respeitável em lógicos como Reichenbach, que viram no advérbio um predicado de segunda ordem, mas pode ser encarada, mais simplesmente, como uma tentativa de entender o advérbio à luz do que sabemos de uma outra classe de palavras, a dos verbos, e é nesse sentido uma extensão ou aplicação metafórica da noção corrente de predicado.

Por mais que Platão, assustado com o poder da metáfora, tenha expulsado os poetas da república das letras, dando a entender que a metáfora serve a objetivos incompatíveis com a conduta racional; por mais que Aristóteles tenha ensinado que se deve ver a metáfora como um meio extratécnico de argumentar e persuadir, o que levou a descrevê-la como mero ornamento da expressão, a metáfora é, acima de tudo, uma operação cognitiva.

Resgatar esse caráter cognitivo da metáfora foi o principal propósito de Max Black, para quem toda metáfora autêntica define um modo especial de conhecer. Como se sabe, Max Black (1954), compara o papel da metáfora ao de um filtro – na realidade, o tipo de filtro artesanal que qualquer criança pode construir, escurecendo com a fumaça de uma vela um pedaço de vidro, e riscando alguns traços na mancha deixada pela fumaça. Para quem olhar por esse filtro, a percepção de alguns aspectos do mundo resulta dificultada ou deformada, a de outros aspectos que normalmente não seriam notados ganha realce. A aplicação, por metáfora, de uma palavra inesperada a uma realidade conhecida tem esse efeito de filtro. Por isso mesmo, nos coloca em condições de aplicar à realidade que supúnhamos conhecer toda uma série de novas perguntas. Quando esse recurso é aplicado com sucesso no discurso científico, novas sínteses tomam forma, num processo de reorganização cujo potencial criativo é enorme. Não é à toa que Thomas Kuhn, o célebre filósofo da ciência, representa textualmente as revoluções científicas como uma substituição de metáforas, atribuindo explicitamente à metáfora um papel fundante em relação aos paradigmas científicos.

A metáfora é o principal recurso lingüístico de que dispomos para intervir criativamente sobre as representações mentais recebidas. Entender isto é, sem perder nada de essencial da lição de Arnheim, resgatar o papel ativo que a linguagem pode ter na *thought imagery*. Para entender a importância desse fato, interessa ter clareza quanto a sua amplitude de aplicação: ao falar de metáforas, pensa-se geralmente nas metáforas literárias, e eu desloquei aqui o discurso para o domínio científico ao falar de lingüística e de filosofia da ciência. Há continuidade entre as metáforas literárias e as científicas, e há continuidade entre as metáforas mais inesperadas com que nos surpreendem os poetas e os grandes cientistas, e o processo normal pelo qual aplicamos a linguagem ao mundo, categorizando-o. As descrições mais neutras têm ainda as marcas do descritor, de sua classe social, de sua experiência e instrução; nesse sentido, não há objetividade absoluta, neutro significa apenas consensual, e a aparente neutralidade ainda é uma demonstração de estilo.

Conclusões

Mostrei três exemplos de como a linguagem pode ser utilizada para produzir conhecimento, faltaria agora dar a definição de “atividade constitutiva” que, conforme prometido, deveria aplicar-se à linguagem, de maneira semanticamente relevante.

Muitas aplicações respeitáveis da tese de Franchi têm levado em conta um conceito que, no quadro teórico esboçado por ele, é pelo menos tão importante quanto o de “atividade constitutiva”, o de “indeterminação da linguagem”. A linguagem é indeterminada, e para conviver com essa indeterminação os falantes são obrigados a escolhas que criam uma sobredeterminação. A linguagem é indeterminada, portanto o sentido dos enunciados lingüísticos não pode ser definido em termos dos enunciados empregados, precisa sê-lo em termos do uso desses enunciados. Aceito essas explicações que, no meu entender, não estão em conflito com o que vim dizendo até aqui; gostaria, porém, de manter-me coerente com o propósito inicialmente enunciado – definir “atividade constitutiva” procurando o saldo dessa atividade constitutiva no âmbito da semântica, não na interação dos falantes ou nas representações que constroem como parte dessa interação.

A atividade lingüística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade. Se a criança de Max Black constrói artesanalmente os filtros através dos quais olha para o mundo, os adultos e as culturas interagem com o mundo pela mediação de sistemas de referência em que se compõem interesses, crenças, imagens do poder, e outros depósitos da experiência passada. Esses sistemas de referência são, em princípio, consensuais, assim como o são, em princípio, os significados lingüísticos; em princípio, a língua consolida e confirma o sistema de referência.

Procurei, entretanto, mostrar que os mesmos meios lingüísticos que permitem construir um sistema de referência ou confirmá-lo, permitem também modificá-lo de maneiras mais ou menos dramáticas. Alterar significados e associações, substituindo as práticas que os justificam, complicar a ontologia operacional, representar objetos de um certo tipo sob as espécies de outro tipo de objetos são apenas algumas das operações lingüísticas que permitem modificar um sistema de referência, dando outro acesso ao mundo e revelando nele outras “linhas de força”.

Há, certamente, muitos outros recursos a pesquisar, e sua característica comum é a capacidade apontada de modificar qualitativamente o filtro em que nos amparamos em nossas tentativas de aceder à realidade, mobilizando a linguagem como um “*instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor imanente, fixo, definitivo*”.

Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um de seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários.

O leitor terá notado que nos últimos dois parágrafos utilizei caracteres itálicos. É que essas passagens foram escritas por Carlos Franchi (1977, p. 32).

É sempre bom citar, quando outros disseram melhor do que nós o que gostaríamos de dizer. Além disso, na situação muito particular em que estou escrevendo, citar um texto de Carlos Franchi é um modo de lembrar que ele continua presente.

RESUMO

“Linguagem: atividade constitutiva” é o título de um célebre artigo de Carlos Franchi que, desde sua publicação em 1977, constitui um marco em nossa bibliografia lingüística e uma competente defesa da necessidade de encarar a linguagem como atividade criativa e não como produto. No presente trabalho, descrevo algumas situações vividas pelos semanticistas e pelos tradutores que constituem, à sua maneira, evidências a favor dessa tese de Franchi. Para mostrar como entendo as situações assim descritas, discuto,

antes, algumas maneiras de conceber a comunicação e de entender as relações entre linguagem e pensamento. Um dos pontos de vista discutidos é o relativismo lingüístico.

Palavras-chave: Carlos Franchi, Whorf, papel constitutivo da linguagem, linguagem e pensamento.

ABSTRACT

This paper was written in memory of Professor Carlos Franchi, whose linguistic thought has influenced reseachers in this country for almost two generations. It deals with one of Franchi's seminal ideas, namely that the main role of language is a constitutive rather than a representative one. The paper elaborates on it in semantic terms, assuming that this constitutive role has to do with knowledge. The first part of the paper describes several accounts of the relation between language and knowledge that, to my opinion, misrepresent Franchi's views. Among these are not only the structuralist idea that "we are spoken by the code", but also the belief that language determines perception and thinking (Whorf) and the idea that language is crucially involved in abstraction (Schaff). In the second part of the paper, I point to some semantic processes (which I have called *monitoring, creation of non-conventional objects and heuristics and subversion*) where language has an active role in changing our received conception of the world.

Key-words: Carlos Franchi, language as a constitutive activity, whorf, language and thought.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, R. *Visual thinking*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1969.

AU, T. K. Chinese and English Counterfactuals: the Sapir-Whorf hypothesis revisited. *Cognition*, n. 15, p. 155-187, 1983.

BERLIN, B.; KAY, P. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley, CA: Berkeley U. P., 1969.

BLACK, M. La relatividad lingüística: las opiniones de Benjamin Lee Whorf. In: _____. *Modelos y metáforas*. Madrid: Tecnos, 1966b. Originalmente publicado em inglês, em *Philosophical Review*, n. 68, p. 228-238, 1959.

_____. Metaphor. *Proceedings of the Aristotelian Society*, n. 55, p. 273-294, 1954. Republicado em: JOHNSON, M. (Org.). *Philosophical perspectives on Metaphor*. Minneapolis: University of Minnesota, 1981.

_____. *Modelos y metáforas*. Madrid: Tecnos, 1966b. p. 239-251.

BLOOM, A. *The Linguistic Shaping of Thought: a study of the impact of language on thinking in China and the West*. Hillsdale, NJ: Laurence Earlbaum Ass., 1981.

BOAS, F. Introdução. In: _____. (Org.). *Handbook of American Indian Languages*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1911. p. 1-79.

BORGES NETO, J. A questão da origem das línguas: Rousseau e Herder. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 24, p. 91-103, 1993.

BROWN, R. L.; LENNEBERG, E. A study in language and cognition. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 49, p. 454-462, 1954.

CARDONA, G. *I linguaggi del sapere*. Bari: Laterza, 1990.

CASSIRER, E. El lenguaje y la construcción del mundo de los objetos. In: _____ et al. *Teoría del Lenguaje y lingüística general*. Buenos Aires: Paidós, 1978.

CHENG, P. W. Pictures of ghosts: a critique of Alfred Bloom's *The Linguistic Shaping of Thought*. *American Anthropologist*, n. 819, p. 917-922, 1985.

COUDRY, M. I. H. *Diário de Narciso*. Discurso e afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DUCROT, O. Le structuralisme en linguistique. In: _____ et al. *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris: Seuil, 1970. p. 13-96.

FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

FOSS, D. J.; HAKES, D. T. *Psycholinguistics*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978.

FRANCHI, C. Linguagem, atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 22, p. 9-41, 1977.

_____. *Relatório de afastamento*. Estágio de estudos cumprido na Universidade da Califórnia – Berkeley, em 1979-1980.

GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1966.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HACKING, I. *Why does language matter to philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of Language*. Londres: Arnold, 1973.

HOJER, H. Cultural Implications of some Navajo Linguistic Categories. In: HYMES, Dell. *Language in Culture and Society*. New York: Harper and Row, 1964.

_____. The Sapir-Whorf Hypothesis. In: _____. (Org.). *Language in Culture: conference on the interrelations of language and other aspects of culture*. Chicago: Chicago University Press, 1954.

HUMBOLDT, W. von. *Linguistic Variability and Intellectual Development*. Coral Gables: University of Miami Press, 1971.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. v. 1: A ordem, p. 63-142.

_____; PIRES DE OLIVEIRA, R. Considerações lingüísticas sobre a gênese e o desenvolvimento de um fato científico: uma leitura semântica de Ludwig Fleck. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, n. 12, p. 85-108, 1991.

_____; RÉBORI, M. V. Referentes e semi-referentes ou da relação entre o hábito e o monge. *Ensaio de Lingüística*, n. 13, p. 101-131, 1987.

LUCY, J. A. *Language diversity and thought: a reformulation of the linguistic relativity hypothesis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MORATO, E. M. *Linguagem e cognição: as reflexões de L. S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. São Paulo: Plexus, 1996.

OLSON, D. *The world on paper: The conceptual and cognitive implications of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo, subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROSCH, E. Linguistic Relativity. *ETC: A Review of General Semantics*, n. 44, p. 254-279, 1987.

SAUSSURE, F. de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1922. Ed. italiana de MAURO, Tullio de. (Ed.). *Corso di Linguistica Generale*. Bari: Laterza, 1967.

SCHAFF, A. *Introducción a la Semántica*. Tradução de: Florentino M. Torner. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

ILARI, R. Linguagem – atividade constitutiva...

_____. Langage et réalité. *Diogène*, Paris, n. 51, p. 153-175, 1966.

_____. *Linguagem e conhecimento*. Tradução de: Manuel Reis. Coimbra: Almedina, 1974.

VYGOTSKY, L. S. *Thought and Language*. Organização e tradução de: Eugenia Hanfmann e Gertrude Vekar. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1962.

WHORF, B. L. *Language, Thought and Reality*. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1956. Tradução francesa: *Linguistique et Anthropologie: les origines de la Sémiologie*. Paris: Denoel, 1969.

WITHERSPOON, G. *Language and Art in Navajo Universe*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1977.